

Entraves ao acesso e frequência do Ensino Superior

Intervenção de Bárbara Canijo

A Educação é um direito fundamental consagrado na nossa Constituição, que promove a emancipação individual e coletiva das mulheres e homens, por uma sociedade de progresso social e pela participação democrática de todos. Este direito fundamental inclui todos os níveis de ensino, o que inclui o Ensino Superior, nível de escolaridade que continua a estar inacessível a muitas mulheres e homens devido aos elevados custos que este acarreta os estudantes e para a suas famílias, tornando-o cada vez mais elitizado.

As propinas continuam a ser um dos maiores entraves no acesso e frequência do Ensino Superior, cuja implementação vai contra a escola pública e gratuita que defendemos, tornando este nível de ensino acessível só para quem o pode pagar. Embora esta tenha vindo a ser reduzida nos últimos anos para um máximo de 697 euros nas licenciaturas, o mesmo não se verifica nos mestrados, que além de terem um valor bastante superior (maior parte acima dos 1000 euros/ano) não possuem um teto máximo, sendo atualmente este grau de ensino cada vez é mais exigido ou desejado pelos estudantes.

Também os problemas de subfinanciamento do Ensino Superior, levam a consequências diretas na ação social escolar, mecanismo de elevada importância para garantir a igualdade no acesso e frequência a este nível de ensino. Quer seja através dos apoios mais diretos, como é o caso das bolsas de estudo, que são claramente insuficientes face à realidade dos estudantes e que muitas vezes sofrem de atrasos e entraves devido à elevada burocracia, quer seja de uma forma mais indireta, como é o caso das cantinas, que tem por objetivo garantir o direito a alimentação a um preço acessível para os estudantes ou as residências, cujo objetivo deveria ser garantir o direito à habitação dos estudantes deslocados. No entanto ambas as estruturas de ASE sofrem de um elevado subfinanciamento, tendo falta de condições materiais e existindo baixo número, não garantindo o acesso de maior parte dos estudantes.

Devido ao baixo número de residências universitárias existentes, os estudantes acabam muitas vezes por procurar habitação nas cidades onde estudam, onde domina a especulação imobiliária, que os estudantes e famílias tem grandes dificuldades em suportar, levando alguns estudantes a tornar-se trabalhadores-estudantes para suportar os custos anteriormente referidos que o Ensino Superior acarreta.

Com estes elevados custos, muitos estudantes acabam por não considerar o Ensino Superior ou até mesmo desistir dele, verificando-se que 10,8 % dos jovens acabam por desistir deste nível de ensino ao fim do primeiro ano.

Relativamente às Mulheres ao nível da Educação, continua a verificar-se que as mulheres são maioria, em comparação com os homens, a não ter acesso a níveis de educação, no entanto representam maioria também nos mais elevados graus de ensino, sendo que ambos os grupos são altamente marcados pela precariedade. Continuam-se a observar também discrepâncias ao nível dos cursos escolhidos, sendo que as mulheres continuam a ocupar uma larga maioria nas áreas da saúde e da educação (60 a 70 %), só chegando a cerca de 30 % em áreas como a engenharia e a construção.

O MDM defende e apela à luta por:

- Democratização do ensino e o reforço da acção social escolar;
- Continuação do combate aos estereótipos associados as opções escolares e profissionais;
- Defesa de uma escola pública que estimule os valores de igualdade e isento de preconceitos.